

23 de junho de 2021

## Angola: Assédio e perseguição ao jornalista e defensor dos direitos humanos Coque Mukuta

No dia 17 de Junho de 2021, o defensor dos direitos humanos e jornalista **Coque Mukuta** foi interrogado pela Direcção Nacional de Investigação e Acção Penal, DNIAP (DNIAP) da Procuradoria-Geral da República de Angola, e acusado de abuso da "liberdade de imprensa". nos termos do Capítulo IV do Artigo 74 da Lei de Imprensa Angolana.

[Coque Mukuta](#) é um jornalista correspondente do jornal Voz da América em Luanda. O defensor de direitos humanos trabalhou anteriormente para a Radio Despertar, cobrindo manifestações contra o governo em Angola. Foi co-autor do livro Os Meandros das Manifestações em Angola - Volume I (The Troubled Ways of Manifestations in Angola – Book I), que descreveu as manifestações anti-governo organizadas em Angola em 2011 e início de 2012 e como as forças de segurança interromperam violentamente as manifestações e assediaram quem delas participava. Ele tem sido alvo de várias ameaças e intimidações, incluindo invasões na sua casa e recebimento de cartas com ameaças.

No dia 17 de junho de 2021, Coque Mukuta foi interrogado pela Direcção Nacional de Investigação e Acção Penal (DNIAP) da Procuradoria-Geral da República de Angola. O defensor de direitos humanos foi acusado de abuso da "liberdade de imprensa" sob o artigo 74 da Lei de Imprensa Angolana, devido à um [artigo](#) que escreveu em agosto de 2020, no qual critica o governo angolano por fazer vistas grossas à corrupção. A Procuradoria Geral da República ordenou que o defensor dos direitos humanos seja proibido de deixar o país e deve pedir permissão ao governo se precisar sair de sua residência por mais de 5 dias.

O interrogatório aconteceu dois dias depois de Coque Mukuta ter protestado pacificamente em frente à Procuradoria-Geral da República em Luanda, no dia 15 de Junho de 2021, para contestar a perseguição política contra os profissionais da imprensa. Junto dele estavam outros três jornalistas e defensores de direitos humanos, **Jorge Neto** do Jornal Manchete, **Lucas Pedro** do Club-k e **Escrivão José** do Hora H. Coque Mukuta relatou que ele e outros defensores de direitos humanos já receberam [ameaças e represálias](#) anteriormente devido ao seu trabalho legítimo em defesa da liberdade de expressão e dos direitos humanos.

Este não é um episódio isolado. No momento, sete jornalistas e defensores de direitos humanos estão sendo investigados pela Procuradoria-Geral de Angola por crimes relacionados com calúnia e difamação. Jornalistas e defensores de direitos humanos relatam que com a aproximação das eleições em agosto de 2022, a perseguição aos defensores dos direitos humanos que defendem a liberdade de expressão tem se intensificado como uma forma de intimidar aqueles que criticam as medidas repressivas tomadas pelas autoridades criando uma atmosfera de medo entre a população.

O governo da República de Angola tem repetidamente falhado em cumprir suas obrigações de preservar o direito à liberdade de expressão, uma vez que os defensores dos direitos humanos têm sido [alvos constantes](#) das autoridades angolanas, por conta de seu trabalho legítimo na exposição de violações de direitos humanos em Angola. A Front Line Defenders está seriamente preocupada com a perseguição judicial e as medidas preventivas contra Coque Mukuta e acredita que ele está sendo atacado exclusivamente como resultado de seu trabalho na promoção de direitos humanos.

**A Front Line Defenders insta as autoridades de Angola a:**

1. Retirar imediatamente todas as queixas e remover incondicionalmente todas as restrições à livre circulação de Coque Mukuta bem como cessar todas as outras formas de vigilância ou intimidação contra ele motivadas por seu trabalho legítimo e pacífico em defesa dos direitos humanos;
2. Tomar medidas para assegurar que oficiais do governo ou outras figuras públicas se abstenham de fazer pronunciamentos ou declarações estigmatizando o trabalho legítimo de jornalistas e defensores de direitos humanos;
3. Deixar de perseguir todos os defensores de direitos humanos em Angola e garantir em todas as circunstâncias que eles sejam capazes de realizar suas atividades legítimas de direitos humanos sem medo de represálias e livres de todas as restrições, incluindo o assédio judicial.